

ATIVIDADE: CEMITÉRIO HORIZONTAL E VERTICAL.

LICENÇA DE OPERAÇÃO (LO).

Documentos preferencialmente no formato PDF. Limite de 20Mb por arquivo.

1 – Requerimento

Formulário a ser preenchido eletronicamente no Portal de Licenciamento do Inea.

2 – Documentos de identificação

Pessoa física: RG e CPF do titular do requerimento.

Pessoa jurídica: RG e CPF do(s) representante(s) legal(/is) da Pessoa Jurídica titular do requerimento.

3 – Documentos sociais

Sociedade Limitada: Última alteração contratual e Contrato Social consolidado.

Sociedade Anônima: Estatuto Social e ata de eleição da diretoria em vigor.

Órgãos Públicos: Ato de nomeação do(s) representante(s) legal(/is).

Outros casos: Documentos de constituição da Pessoa Jurídica e de eleição ou nomeação do(s) representante(s) legal(/is).

4 – CNPJ

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral de Pessoa Jurídica obtido no site da Receita Federal no ano do requerimento.

5 – Declaração de microempresa (Form. 35) ou Relatório do Simples Nacional emitido pela Receita Federal (se for o caso)

Documento que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte para fazer jus à redução de 50% do valor do custo de análise.

6 – Documentos de identificação do procurador (se for o caso)

RG e CPF do procurador constituído.

7 – Procuração pública ou particular (se for o caso)

A procuração particular deve ter a firma reconhecida.

8 – Termo de Responsabilidade

Formulário disponível no Portal de Licenciamento do Inea.

9 – Registro no Conselho de Classe do(s) profissional(is) responsável(is)

Cópia do Registro Profissional do(s) Responsável(is) Técnico(s).

10 – Anotação de Responsabilidade Técnica do(s) profissional(is) responsável(is)

Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Termo de Responsabilidade Técnica (TRT) - para biólogos.

11 – Planta de localização

Em cópia de plantas do IBGE, mapas do programa Google Earth, croquis ou outros, georreferenciada, no sistema de projeção UTM ou Geográfica, com coordenadas da poligonal do imóvel e da área de intervenção.

12 – Memorial descritivo da área do projeto

Deverá contemplar:

- a) Os limites do imóvel ou das instalações, apresentando pontos de referência e caracterizando a vizinhança do empreendimento, de modo a permitir um perfeito reconhecimento do mesmo;
- b) Localização do terreno em relação ao logradouro principal e a pelo menos mais dois outros, indicando a denominação dos acessos. Caso esteja situado às margens de estrada ou rodovia, indicar o quilômetro e o lado onde se localiza;
- c) Descrição da cobertura vegetal, topografia, tipo de solo e corpos d'água existentes, preferivelmente acompanhada de fotografias;
- d) Localização em relação aos cursos d'água (rios, lagos, etc.) mais próximos ao empreendimento, com seus respectivos nomes, quando houver;
- e) Pluviometria da região;
- f) Existência de áreas protegidas no entorno (mata atlântica, mata ciliar, manguezal, etc.); e
- g) Usos dos imóveis e áreas vizinhas, num raio de no mínimo 100 metros.

13 – Memorial descritivo do empreendimento

Deverá contemplar:

- a) Os objetivos e a justificativa do projeto; e
- b) Características do empreendimento, contendo minimamente: tipo de cemitério (horizontal, vertical, ou jardim/parque); número de jazigos; área total do imóvel/terreno; área de intervenção; Taxa de Ocupação (TO); Área Total Edificada (ATE); volume de terraplenagem; dimensionamento das áreas destinadas aos diferentes usos previstos; estimativa da demanda de água e fonte

de abastecimento (durante a fase de obras e durante a fase de ocupação); sistema de esgotamento sanitário previsto; esquema viário projetado.

14 – Planta baixa

Em escala compatível, indicando no mínimo os seguintes elementos:

- a) Edificações;
- b) Sistema viário;
- c) Áreas de sepultamento;
- d) Obras de arte especiais; e
- e) Áreas verdes.

15 – Relatório de atendimento das condicionantes da LPI/LI.

16 – Plano de operação do empreendimento

Acompanhado da respectiva ART e documentos do responsável técnico.

17 – Plano de monitoramento da água subterrânea.

18 – Protocolo de Requerimento ou o documento de Outorga ou Certidão Ambiental de uso insignificante de recursos hídricos

No caso de uso de recursos hídricos de domínio estadual (extração de água subterrânea ou captação de água superficial).

19 – Documentos previstos para LPI necessários à caracterização do empreendimento

Caso o empreendimento não tenha sido submetido ao procedimento de licenciamento previamente à implantação.

LEGISLAÇÕES RELACIONADAS:

- Resolução CONAMA nº 335, de 03/04/2003, alterada pela Resolução CONAMA nº 368, de 28/03/2006, e a Resolução CONAMA nº 402, de 17/11/2008.

No Portal do Licenciamento (portallicenciamento.inea.rj.gov.br) estão disponíveis legislações, orientações, formulários, entre outras informações, basta clicar na aba “Área do requerente”.

Durante a análise do processo do seu requerimento podem ser exigidos novos custos e documentos complementares.